



PARECER Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 472, de 2011, do Senador Ciro Nogueira, que *altera as Lei nºs 9.249 e 9.250, ambas de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do imposto de renda, das contribuições e doações efetuadas ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS instituído pela Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005.*

RELATOR: Senador **RANDOLFE RODRIGUES**

I – RELATÓRIO

Chega à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 472, de 2011, do Senador CIRO NOGUEIRA, cuja ementa encontra-se transcrita acima.

O art. 1º da proposição altera o art. 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução do valor de contribuições e doações efetuadas ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) do lucro operacional da pessoa jurídica.

Por sua vez, o art. 2º acrescenta alínea ao inciso II do *caput* do 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para autorizar a dedução dos citados valores da base de cálculo do imposto de renda devido no ano-calendário, no caso das pessoas físicas.

Segundo o art. 3º, a lei oriunda da proposição entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro do ano seguinte.

O autor do projeto lembra que o art. 6º da Constituição Federal (CF) garante à moradia o *status* de direito social. Ademais, a Lei nº 11.124,



de 16 de junho de 2005, disciplina o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), que tem como fonte o FNHIS, o qual a proposição objetiva incentivar, por meio de concessão de benefícios a doações e contribuições das pessoas físicas e jurídicas ao fundo, nos moldes já existentes em outras leis importantes, como aquelas voltadas para o esporte, a cultura e o audiovisual.

Em 6 de dezembro de 2011, a matéria foi aprovada na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), com uma emenda de redação (Emenda nº 01 – CDR), que atualiza a referência da nova alínea que se busca incluir no inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 1995.

II – ANÁLISE

À Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 91, I, combinado com o art. 99, IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete opinar sobre proposições pertinentes a tributos, como é o caso, dispensada a competência do Plenário.

O PLS nº 472, de 2011, coaduna-se com os parâmetros constitucionais aplicáveis, quer no tocante à legitimidade da iniciativa parlamentar no processo legislativo (art. 61, *caput*, da CF), quer quanto à competência da União e do Congresso Nacional para legislar sobre a matéria (arts. 24, inciso I; 48, *caput* e inciso I; 153, III, da CF).

O comando do art. 150, § 6º, da CF, que exige lei específica para a concessão de subsídio, isenção ou redução da base de cálculo de tributo, foi respeitado.

No tocante à juridicidade, a proposição se afigura correta. Vejamos. O meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos é o **adequado**. A matéria nela tratada **inova** o ordenamento jurídico. O PLS também possui o atributo da **generalidade**, aplicando-se a todas as situações de fato que se insiram na hipótese legal. Finalmente, se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

A tramitação do PLS observou o regimento interno desta Casa (RISF) e, no que tange à técnica legislativa, foram respeitadas as regras para a elaboração e alteração de normas dispostas na Lei Complementar nº



95, de 26 de fevereiro de 1998. Essencial, todavia, a apresentação de emenda de redação para substituir a menção à alínea *h* por alínea *j*, no art. 2º do PLS. Com efeito, após a apresentação do projeto, a Lei nº 12.469, de 26 de agosto de 2011, inseriu nova alínea *h* ao inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 1995. Apesar de o dispositivo ter sido posteriormente vetado pela Presidente da República, o art. 12, inciso III, alínea *c*, da LCP nº 95, de 1998, veda o seu reaproveitamento. Além disso, recentemente, a Lei nº 12.832, de 20 de junho de 2013, inseriu a alínea *i* no inciso II do artigo, razão pela qual até mesmo a Emenda nº 01 – CDR já se encontra desatualizada.

Chama-nos a atenção a informação colacionada no Parecer aprovado pela CDR no sentido de que não há registros de recursos provenientes de doações e contribuições efetuadas por pessoas físicas e jurídicas ao FNHIS. Se esse fundo tem entre as fontes de recursos previstas as contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas (art. 8º, V, da Lei nº 11.124, de 2005), é preciso efetivamente tomar alguma providência para tornar concreta a norma legal. De nada adianta a menção em lei se os cidadãos e as empresas não se sentem estimulados a contribuir.

O projeto, então, caminha bem, pois cria regra incentivadora das doações e contribuição ao FNHIS nos moldes já existentes em outras situações. É emblemático, para exemplificar, o caso do desporto, cujas doações e patrocínios podem ser abatidos do valor do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas, conforme previsto na Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006. A Lei de Incentivo ao Esporte, como é chamada, possibilitou um grande aumento na captação de recursos para o setor, que saltou de praticamente R\$ 51 milhões em 2007 para R\$ 212 milhões em 2012.

III – VOTO

Do exposto, opinamos pela rejeição da Emenda nº 01 – CDR e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 472, de 2011, com a emenda que apresentamos abaixo:

EMENDA Nº – CAE (Redação)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

Na nova redação dada ao art. 8º da Lei nº 9.250, de 1995, pelo art. 2º do PLS nº 472, de 2011, substitua-se a menção à alínea *h* por alínea *j*.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator